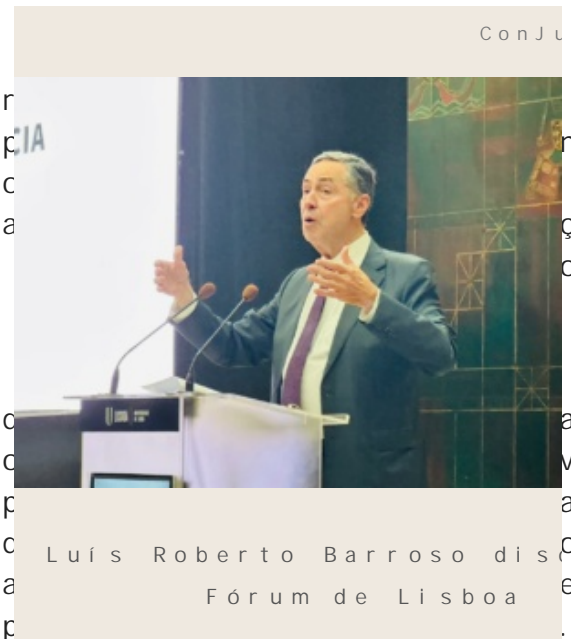


Não é um critério aberto e Barroso sobre regulação de

Não há censura ou responsabilização das plataformas de conteúdo para terceiros, e os critérios que serão utilizados para subjetivos e abertos, pelo contrário. A percepção é de ministros Roberto Barroso, que participou de um debate no XIII Fórum de Lisboa quarta-feira (27) em Lisboa. O evento acontece na Faculdade de Direito da Universidade de

Não há nenhum tipo de censura a quem ache que proibir pornografia é censura, disse. O ministro explicou encontrar um equilíbrio entre a regulação (em que as plataformas privadas) e o norte-americano, setor.

No modelo proposto pelo STF, o removido por notificação privada crime, afirmou o ministro. Isso Ministério Público e qualquer plataforma. Também há a regra sobre condutas que a plataforma chegar ao espaço público, nas p



Luís Roberto Barroso discute o evento no Fórum de Lisboa

Isso inclui terrorismo, indução ao suicídio, racismo contra pessoas e atos antidemocráticos. Não é um critério aliás, no governo passado, define o que é crime contra

Quanto aos crimes contra a honra, as plataformas só notificação judicial. Calúnia, injúria e difamação transferirmos para a plataforma o dever de remoção, debate público muito importante, disse o ministro.

Participação do Legislativo

O ministro do Superior Tribunal de Justiça, ao participar da comissão de juristas, no Senado, do regular a inteligência artificial no Brasil.

Não há uma resposta fácil, mas o projeto procurou ser representativas, dos produtores de conteúdo, dos artistas intelectuais, disse.



O senador Eduardo Gomes (PSD - TO), vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Processo Legislativo, e o deputado federal Ricardo Albuquerque (PP - PB) também falaram no painel.

Eu enxergo a decisão do Supremo como o início de uma nova sociedade e o Executivo deve ter sobre uma nova dinâmica das redes sociais. A gente pode e deve discordar, mas não deve discordar a favor.

Relator da Reforma Tributária, Ribeiro criticou a ineficiência do governo federal. Nós deixamos, muitas vezes, de tomar decisões circunstanciais. Não era para estarmos discutindo, porque já acabamos de aprovar a Reforma Tributária, disse o deputado.

IA e a intervenção humana

A advogada e pesquisadora Bruna Barusceli de Barros, do escritório Boas Formas Advogados, defende que, com a regulação adequada, a IA tem o poder de tornar o desenvolvimento dos algoritmos nos força a articular interesses.

Entretanto, Luna acredita que há um problema grave em desenvolver algoritmos em poucas empresas privadas. Quando o mesmo setor recorrem ao mesmo algoritmo. Quando as mesmas empresas são usados por um setor inteiro, as consequências são muito maiores e muito mais devastadoras, principalmente quando se trata de dados pessoais.

A decisão humana no uso da IA deve ser alocada para o desenvolvimento dos algoritmos, concluiu.

A advogada Bruna Schertel Mendonça mediadora do debate. Esta é uma época de grandes transformações pelo mundo, um momento de grandes transformações pela tecnologia em todos os setores sociais. Naturalmente, temos que pensar em como lidar com isso.

Clique aqui para assistir ao painel ou veja abaixo:

Veja fotos do primeiro dia do evento:

ConJur



Carlos Blanco de Morais, Eduardo Vera-Cruz Pinto, Hugo Saraiiva, Eduardo Gomes, Vitalino Canas e Beto Simone



Gilmar participa de evento prévio ao Fórum em que se
ConJur



No Fórum de Lisboa, autoridades falaram, principalmente
novos desafios do Direito
ConJur



Painel de abertura do XIII Fórum de Lisboa
ConJur



Público durante o painel de abertura do XIII Fórum de ConJur



A ex-ministra Kátia Abreu discursa ao lado de Jorge Lewandowski, Edilene Lôbo e Lenio Streck
ConJur



ConJur



Luís Roberto Barroso, presidente do STF, discursa du

Fonte: <https://conjur.jumps.com.br/2025-jul-02/nao-e-um-criterio-aberto>